

EDUARDO ALBAN CRUZ

**RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E A CHINA: ANÁLISE
DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE 1999 A 2005.**

SALVADOR

2006

EDUARDO ALBAN CRUZ

**RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E A CHINA: ANÁLISE
DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE 1999 A 2005.**

Versão definitiva da monografia apresentada no curso de graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Antônio Plínio Pires de Moura

SALVADOR

2006

Eduardo Alban Cruz

**Relações comerciais entre o Brasil e a China: Análise das exportações
brasileiras de 1999 a 2005**

Aprovada em julho de 2006.

Orientador: _____

Prof. Antônio Plínio Pires de Moura
Faculdade de Economia da UFBA

Banca Examinadora:

Prof. Celeste Maria P. P. Baptista

Prof. Osmar Gonçalves Sepúlveda

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora por terem me iluminado e me dado forças nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, por terem sido simplesmente os melhores exemplos como pessoas, cientistas e profissionais que um filho pode ter.

Ao meu irmão, pela companhia e amizade de todos esses anos.

A Natália, pelo impulso e apoio incondicional em todos os meus sonhos, além de sua compreensão.

Agradeço a minha família paterna, Nolay, Vinícius, Manoela e a minha avó Zizi e materna, Carmen, Valeriano e Carminha por estarem sempre presentes.

A Conceição Costa Perrone e Paulo Afonso, por serem mais do que amigos.

A meus amigos de faculdade, colégio e infância, em especial a João Correia de Oliveira, Ricardo Fagundes Sangiovanni, Lucas Sobreira, Luiz Felipe Espozel, Rafael dos Santos, Leandro Guimarães, Guilherme Homen, Rogério Barbosa, Jorge Paternostro, Johny, Ramón, Ivan Tiago, Uallace e Fábio.

Ao professor Plínio, pela orientação na monografia e por todos os ensinamentos durante o curso de economia.

A Marcelo Xavier, pelo apoio na realização do projeto de pesquisa.

Agradeço também ao Banco do Brasil – Agência Piedade, mais especificamente a Yani Kelly Lantier da Silva Cordeiro, pela compreensão, apoio e incentivo.

RESUMO

A partir do ano de 1999, as exportações brasileiras para a China vêm conhecendo um crescimento substancial contribuindo bastante para os sucessivos superávits comerciais do nosso país. Tal fato deve ser entendido como uma consequência das mudanças estruturais sofridas pelos dois países nas últimas décadas, que convergiram de forma decisiva para a obtenção desse cenário.

A China vem se integrando cada vez mais ao comércio internacional e o Brasil passou por um período intenso de abertura comercial.

Porém, tão importante quanto o aspecto quantitativo do comércio entre as duas nações, é olhar para o qualitativo, isto é: como está a qualidade das nossas exportações para tal país? Observamos que estas são bastante concentradas em certos setores e classes de produtos, o que demanda certo cuidado das autoridades brasileiras.

Palavras Chaves: Reformas estruturais, Abertura comercial, Comércio Exterior, Pauta Exportadora/Importador e concentração exportadora.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	A CORRIDA PARA O MERCADO DA CHINA	9
2.1	ECONOMIA PLANIFICADA – VISTA AÉREA	9
2.2	REFORMAS ECONÔMICAS E ABERTURA COMERCIAL	14
2.3	ANÁLISE DO SETOR EXTERNO	17
3	AJUSTE EXTERNO BRASILEIRO	23
3.1	LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL	23
3.2	REFORMA CÂMBIAL – 1999	27
4	FLUXOS COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA	38
4.1	EVOLUÇÃO DOS FLUXOS COMERCIAIS	38
4.2	PAUTAS DE EXPORTAÇÕES: CLASSES, SETORES, PRODUTOS	40
4.3	DINAMISMO DAS EXPORTAÇÕES	44
4.4	IMPORTAÇÕES	46
5	CONCLUSÕES	51
	REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, em contraste com boa parte dos anos noventa, o comércio exterior brasileiro vem obtendo resultados bastante favoráveis, exemplificados pelos grandes superávits na balança comercial, que, por sua vez, contribuíram de forma decisiva para a obtenção de resultados positivos na conta de transações correntes. Esse cenário é, em grande parte, explicado pela crescente importância dos chamados “novos mercados”, aqui entendidos como as nações que se encontram fora do grupo América Latina – UE – EUA – Japão, dentro os quais a China surge como o mais importante.

As relações bilaterais entre o Brasil e a China vêm crescendo em importância de forma exponencial nos últimos tempos. Ao analisarmos os fluxos de comércio entre as duas nações nas últimas décadas, chegaremos ao fato que as vendas externas do nosso país para a China, a partir de 1999, acumularam crescimento de 570%, taxa de 4,6 vezes maior do que das importações totais daquele país. Isso fez com que a nossa participação no mercado chinês (market-share) passasse de 0,4% em 1999 para 1,27% em 2003.

Paralelamente, podemos considerar o fato de que, no período em questão, as duas economias passaram por intensas modificações, que certamente influenciaram bastante a referida modificação no âmbito comercial. O Brasil, que na década de noventa passou por uma grande liberalização comercial, como estratégia do seu plano de estabilização, foi obrigado a realizar um ajuste externo no ano de 1999, passando do regime de câmbio fixo para o flutuante, além de começar a realizar uma política comercial mais ativa. Já a China, que desde 1978 vem realizando um processo de reformas econômicas e abertura comercial, entrou em 2001 para a Organização Mundial do Comércio, ascendendo assim de forma definitiva como grande *player* do comércio internacional.

A questão a ser levantada é: Quais foram os motivos que levaram as exportações do Brasil para a China a se comportarem de forma tão peculiar nesses últimos anos? É certo que as modificações estruturais citadas no parágrafo anterior contribuíram muito para isso, porém vale perguntar de que forma isso se deu. Podemos nos questionar sobre o verdadeiro impacto da mudança cambial, sobre de que forma as modificações das importações da China influenciaram esse movimento, etc.

Portanto, o objetivo desse trabalho será buscar os fatores de ordem qualitativa que levaram as exportações brasileiras a conhecerem esse grande aumento quantitativo nos últimos seis anos. De forma mais particular, ele se propõe a analisar os fatores estruturais internos de cada país, sempre fazendo a sua necessária relação com o movimento do comércio exterior. Assumimos como principal hipótese para tal, que uma vez que o perfil comercial do Brasil e da China é, em grande parte, complementar, já que o Brasil exporta para a China de forma predominante produtos em que ele tem uma vantagem comparativa, como a soja e o minério de ferro, e dos quais a China é carente, o processo de abertura comercial chinês fez com que este país demandasse cada vez mais produtos em que o Brasil tinha essa vantagem comparativa. Isto, aliado à desvalorização cambial de 1999, que tornou os preços relativos favoráveis às exportações brasileiras, fez com que estas aumentassem de forma bastante significativa.

Além dessa introdução, este trabalho contém ainda mais quatro partes: A primeira delas trata da chamada Corrida para o Mercado da China, em que procuraremos caracterizar as recentes modificações ocorridas na economia chinesa que possibilitaram a sua reforma e, principalmente, a abertura comercial. Em seguida trataremos do Ajuste Externo Brasileiro, quando, seguindo o objetivo da caracterização das duas economias, pretendemos falar de forma sintética das transformações sofridas pelo Brasil ao longo da década de 1990. Na terceira parte, depois de analisarmos as duas economias, partiremos para o estudo mais específico do comércio entre as duas nações, contextualizando a análise e sintetizando os motivos que levaram as exportações a crescer de forma tão substancial. Por fim, na última parte serão apresentadas as principais conclusões do trabalho.

2 A CORRIDA PARA O MERCADO DA CHINA

2.1 ECONOMIA PLANIFICADA: VISTA AÉREA

Assistiu-se um grande avanço do comunismo no mundo, com o fim da primeira guerra, como afirma Hobsbawm:

Quando se assentou o pó das batalhas de guerra e guerra civil no início da década de 1920, e congelou-se o sangue dos cadáveres e das feridas, a maior parte do que fora antes de 1914 o império russo ortodoxo dos czares emergiu intacta como império, mas sob o governo dos bolcheviques e dedicada à construção do socialismo mundial. (HOBSBAWN, 2002, p.363)

A verdade é que, um pouco mais adiante, quando o mundo assistiu à vitória de Stalin em 1945, tal construção do chamado socialismo mundial nunca tinha parecido mais provável. Esse fato, aliado à contínua incorporação de territórios pela URSS, e ao avanço do socialismo no Extremo Oriente, exemplificado pela tomada de poder pelos comunistas na Coreia (1945) e a ascensão de regimes de cunho socialista em Cuba e na África, confirmavam a confiança na capacidade estatal de exercer o planejamento estratégico e controlar os rumos da economia.

Mais especificamente, na China os comunistas adentram em Pequim em 1949, após um período bastante conturbado de lutas contra os chamados Kuomintang (nacionalistas) e invasores japoneses. Na realidade, a história da ascensão comunista na China tem início no ano de 1912, quando o líder nacionalista Sun Yat-sen toma o poder, instaurando assim o regime dos chamados Guomindang (nacionalistas).

A China do começo do século XX era uma nação extremamente empobrecida, governada por um regime imperial totalmente incapaz de fazer frente à exploração imperialista das potências ocidentais. Portanto, com a justificativa de modernizar a nação e o argumento de tal incapacidade pelo Antigo regime, os nacionalistas chegam ao poder na esperança de que o regime republicano pudesse unificar os chineses. Porém, o fato foi que exatamente o contrário desse movimento foi produzido, tornando o país ainda mais fraco e desunido. Tal raciocínio é construído por Lucien Bianco, afirmando que “A primeira causa da revolução comunista foi simplesmente o fracasso precedente.” (BIANCO; LUCIEN, 2005, p.77). Ou seja, o que criou as condições necessárias a uma instauração do regime comunista na China, foi exatamente a incapacidade dos revolucionários de 1912 de estabelecer a ordem e unificar a nação.

Após esse movimento, assistiu-se a uma aproximação do partido comunista do campesinato, um cenário natural, uma vez que a China só contava com 2% da população de proletariado urbano. Além disso, ficaria muito mais fácil ao exército vermelho resistir às investidas nacionalistas no campo que nas cidades. Na realidade, o partido comunista quase foi finalmente derrotado pelos nacionalistas, que na época tinham como líder Chian Kai-shek. O impecilho para tal foi a invasão do país pelos japoneses, que acabou forçando a união entre as duas partes. Tal guerra acabou por gerar um período de extrema dificuldade e instabilidade para a população, fazendo o regime nacionalista conhecer um grave enfraquecimento no sentido da promoção da ordem e cumprimento da lei.

Portanto, em 1946, a guerra civil entre as duas partes é retomada, e dessa vez os comunistas saem vitoriosos, entrando em Peking no ano de 1949 e fundando a República Popular sob a liderança de Mao Zedong, uma vez que este tinha conhecido, no período da guerra, um grande aumento do seu poder dentro do partido. Iniciava-se a era Mao, baseada na força do regime e no culto pessoal ao ditador.

De acordo com Fan He (2003), antes de Mao Zedong declarar a fundação da República Popular da China, no ano de 1949, segundo o próprio ditador, a China se encontrava em uma situação de “pobreza e vazio” causada pelo longo período de guerra e lutas internas retratadas anteriormente. Todos esses problemas dos anos imediatamente anteriores a 1949, aliados a um passado de extremas dificuldades criadas pelas constantes ameaças do mundo imperialista, fizeram com que os governos anteriores aos comunistas tivessem extrema dificuldade em manter a unidade política da nação. Isso gerou um nível de investimento extremamente baixo, já que a China tinha outras prioridades, o que explica o baixo nível do crescimento econômico no período em questão, exemplificado pela tabela abaixo:

Tabela 1
CHINA
PIB, PIB PER CAPITA E POPULAÇÃO: TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAIS - ENTRE 1820 E 1998

	1820 - 1870	1870 - 1913	1913 - 1950	1950 - 1973	1973 - 1998
PIB TOTAL	-0,37	0,56	-0,02	5,02	6,84
PIB PER CAPITA	-0,25	0,1	-0,62	2,86	5,39
POPULAÇÃO	-0,12	0,47	0,61	2,1	1,38

Fonte: Maddison (2001, p 217 e 218). Ipea

Segundo Monteiro Neto (2005), podemos observar que mesmo ao longo dos anos de 1913 a 1950, quando as economias ocidentais conheceram um período de crescimento, excluindo os anos de guerra e a crise de 1929, a China permaneceu em estagnação. Esse cenário, aliado aos desgastes naturais de uma guerra civil, justifica a referida afirmação do novo líder comunista.

Isso fez com que Mao fosse obrigado a atacar a hiperinflação e tentar recomeçar a produção. Para tal, *O governo confiscou o capital dos burocratas e submeteu as empresas ao controle direto. Isso foi chamado de transformação socialista, mas, na verdade, era a duplicação da economia de guerra.* (FAN HE, 2003, p.40).

A questão era que a existência e, por analogia, a experiência do Partido Comunista Chinês era muito anterior à República Popular recém fundada, já que antes de poder assumir o controle do estado, o partido teve que enfrentar inúmeras batalhas contra inimigos internos e externos. Ora, se para enfrentar tais inimigos o PCC foi obrigado a recorrer a uma economia de guerra, quando se deparou com desafios como a inflação e recomeço de produção era natural que imitasse, de certa forma, o sistema com o qual já estava familiarizado. Logo, como bem assinala Fan He (2003, p.40): “*O embrião da economia planificada foi o sistema de rações do tempo de guerra*”.

De acordo com Story (2004), que por sua vez faz referência à obra de Maddison (1999), a implementação do regime comunista seguiu quatro conjuntos de medidas, a saber: 1) A expropriação dos donos de terras e da burguesia nacional, fazendo com que a propriedade privada fosse extinta. 2) A garantia de financiamento para investimentos por meio da taxação de corporações, possibilitando o estabelecimento de uma economia centralizada. 3) Regulamentar os fundos de investimentos, insumos físicos, movimento trabalhista e fixação de preços e salários. E, finalmente, controlar o comércio exterior, fazendo do mesmo monopólio estatal.

Uma vez concluído o processo de implementação da economia planificada, o governo passou a poder controlar e alocar os principais recursos produtivos. Com isso, em 1953, ano que a economia se reabilitou, foi implementado o primeiro Plano Quinquenal com o objetivo de acelerar o processo de industrialização centrado na indústria pesada. Isto é, o governo se esforçava para desviar recursos produtivos dos diversos setores para o setor

pesado da indústria. A empresa estatal se transformou em principal unidade de produção, dela dependendo boa parte das receitas do estado.

Com a média anual de 9,1%, no período comunista, de crescimento econômico, depois de anos de recessão extrema, pode-se afirmar que o desempenho de tal economia foi, de início, bastante positivo. O crescimento elevado do investimento, a uma taxa de 24,2% ao ano, exercia papel bastante importante nesse número. Além disso, outro aspecto positivo da era Mao, segundo Story (2005), foi a demonstração da possibilidade de mobilização de recursos maciços para um determinado fim, que no caso foi o investimento em indústria pesada. Porém, vale lembrar que apenas a população urbana da China era beneficiada por tal sistema, já que a área rural se encontrava à margem do chamado sistema de bem – estar do “berço ao túmulo”.

Esse sistema, porém, não era tão bem planejado como parece. Na realidade, logo se evidenciaram problemas como alocação distorcida dos recursos e elevado fardo fiscal do estado, que logo iria por dificuldades para a legitimação do regime. Além disso, havia uma baixa absorção da mão de obra proveniente do setor primário pelo industrial, já que a indústria pesada, incentivada pelo Estado, tinha uma menor absorção de trabalhadores e o incentivo à inovação era reduzido.

Esses fatores, somados à morte do líder Mao Zedong e a crescente idéia de que uma interação maior com o comércio internacional era condição necessária para a continuidade do crescimento fizeram com que a partir de 1978 fosse iniciado um processo de abertura comercial e reforma econômica, que integraram cada vez mais a China à economia mundial.

2.2 REFORMAS ECONÔMICAS E ABERTURA COMERCIAL

Com a finalidade de entender melhor o processo de abertura que a economia chinesa conheceu a partir de 1978, iremos adotar a divisão desse movimento realizada por Story (2005), que o divide em quatro etapas: A pré-transição, a definição, a implementação e a normalidade. Fazemos aqui a ressalva de que, como o próprio Story admite, tal divisão é apenas um artifício didático para o entendimento do caminho chinês para uma economia de mercado.

O primeiro estado, de pré-transição, cuja duração é indefinida, tem como condição para ocorrer uma ruptura do regime, a incapacidade deste de resolver as necessidades da população, ou seja, resolver os problemas e demandas expostos. Em seguida, temos a fase da definição, quando os partidos opostos vão lutar sobre os modelos do regime que está prestes a surgir. A fase da implementação se sobrepõe à segunda e tem como característica a aceitação dos modelos e a efetivação da regra. E, por fim, a fase da normalidade, aquela que tem como objetivo dos governos preservar a paz que foi outrora alcançada.

Então, para que houvesse a abertura observada na China nos últimos 27 anos, o regime implementado por Mao chegou ao ponto de não atender às demandas da sociedade e, por consequência, a fase da pré – transição foi detonada. Como já foi brevemente exposto no ponto 1.1, em um primeiro momento, o desempenho da economia planejada foi muito positivo, assistindo a um aumento bastante rápido do investimento, que por sua vez foi de suma importância para o crescimento, a uma taxa de aproximadamente 24,2% ao ano. Porém, uma vez que esse sistema não era sustentável, já que ele levava a uma alocação de recursos extremamente distorcida, a participação da indústria pesada obteve um alto crescimento, em detrimento da agricultura e serviços. Além disso, não se tinha uma estrutura de mecanismos de incentivos a inovações, como é um defeito das economias planejadas.

Paralelamente, um fator que levou à crise do regime e à necessidade de mudanças institucionais foi o crescente déficit que desencadeou uma pressão fiscal bastante intensa sobre o governo. O fato é que, dentro de uma economia planificada, para se obter a legitimidade, existe a necessidade de se buscar constantemente o pleno emprego e o crescimento econômico. Logo, o governo era obrigado a injetar cada vez mais dinheiro no setor estatal para sustentar esse crescimento, o que levou a tal crise (FAN HE, 2000).

A fase de definição é entendida aqui como a luta entre os reformadores e os conservadores, pelo controle dos rumos dos acontecimentos. O grande líder reformador foi Deng, que enfrentou a resistência dos herdeiros de Mao. Um exemplo desse conflito foi a afirmação de Chen Yun, um dos rivais de Deng e, por consequência, partidário de Mao, que dizia: “O pássaro deve voar, mas apenas dentro da gaiola: sem uma gaiola, ele voará para longe”. O pássaro, na verdade, é a economia de mercado, que deveria ser controlada e regulada pela “gaiola” do planejamento.

A fase de implementação pode-se dizer que não foi totalmente concluída. O fato é que a China avançou muito em aspectos econômicos, mas deixou os políticos de lado. A reforma foi detonada no final da década de 1970, quando Deng taxou os passos de Mao para o socialismo como “prematuras”. Ela sempre seguiu a abordagem gradualista; o governo passou a dar mais autonomia às empresas e além disso adotou o sistema de responsabilidade familiar, que contribuiu de forma decisiva para o aumento da produtividade agrícola.

De acordo com os conceitos extraídos da obra de Fan He, em artigo publicado nos Cadernos Adenauer, a China também iniciou um processo de liberalização comercial. Inicialmente, houve uma liberalização do controle governamental do comércio exterior. Para se ter uma idéia, em 1980 o governo central tinha o controle de quase 100% do comércio com o resto do mundo, já em 1991 esse número cai para a casa dos 10%. Quanto

às tarifas, assistiu-se a uma grande redução das barreiras, passando de uma taxa de 47,2% para 15,4%, em 2001. Paralelamente, foi reduzido o número de bens sujeitos a cotas e licenças e houve um crescimento das empresas privadas no setor exportador. Do ano de 1978, início do processo de abertura, a 1994 as exportações da China cresceram em média 18,7%, um dado bastante positivo quando o comparamos com a média mundial de 11%.

A grande característica da abertura comercial chinesa foi a forma gradual como esta foi realizada a partir do ano de 1978. Até aquele ano, o comércio exterior do país era realizado através das chamadas FTCs (Foreign Trade Corporations), que se responsabilizavam pela implementação dos planos quinquenais.

Esse poder governamental, que também continha o estabelecimento de metas de exportações, foi se reduzindo a partir de 1978 e o acesso direto a uma parte das cambiais provenientes do setor exportador foi estendido às empresas. Em 1991, finalmente, foi abolido o referido sistema de metas de exportações, junto com os subsídios à exportação.

Finalmente, no mês de dezembro de 2001, a China se tornou o 143º membro da Organização Mundial do Comércio, coroando definitivamente a sua abertura comercial e as reformas econômicas, ingressando de forma definitiva na lógica capitalista mundial. Porém, o fato é que, com o acordo com a OMC, foi estabelecida uma redução nas tarifas de importação da China, a eliminação de subsídios à exportação incompatíveis com as regras do órgão, a liberalização de serviços e o reconhecimento por parte da China de maiores providências no campo do direito de propriedade.

Portanto, podemos concluir que, a partir do ano de 1978, a China vem passando por intensas transformações nos aspectos econômicos, comerciais e, em menor medida, políticos. Dessa forma, o país deixou de ser uma economia 100% planificada e controlada

pelo partido – estado e passou a se inserir cada vez mais no contexto mundial da globalização, chegando a ser chamada de socialismo de mercado. Resta-nos saber quais formas de impacto essa abertura ocasionou no setor externo chinês, no que tange às suas exportações e, no que se configura mais importante para esse trabalho, as importações.

2.3 ANÁLISE DO SETOR EXTERNO CHINÊS

Ao analisar aspectos referentes ao setor externo Chinês, principalmente aqueles que tratam do comércio exterior, podemos realmente dizer que o tão esperado despertar do dragão, já referenciado por grandes nomes da história da humanidade, como Napoleão, realmente aconteceu. Cada vez mais temos os estabelecimentos comerciais do mundo sendo invadidos por produtos “*made in China*”. Isso pode certamente ser atribuído ao conjunto de modificações que este país passou ao longo do século XX, como vimos nas duas primeiras seções desse primeiro capítulo.

Nos dois aspectos das transações chinesas com o resto do mundo, tanto naqueles referentes às exportações quanto às importações, a China conhece taxas de expansão superiores as do comércio internacional, com um crescimento de dez e quinze pontos percentuais, respectivamente. Como já foi exposto anteriormente, tal processo iniciou-se bem lentamente nos anos 80, e depois acelerou-se cada vez mais, graças às volumosas reduções de tarifas.

O crescimento vigoroso da China no comércio mundial tem sido notório e exerce grande papel no sentido de alavancar a economia asiática. Já no que tange a América Latina, temos o crescimento de cerca de 81%, e do continente Africano de 54%. A China se apresenta atualmente como o terceiro importador mundial, atrás dos Estados Unidos e da União Européia.

Referente às exportações, temos o fato de desde 1995 as exportações chinesas crescerem continuamente, tendo em 2003 o seu maior salto. Entre 1995 e 2002, o acumulado foi de US\$ 177 bilhões. Esses grandes índices foram mantidos em 2004 e 2005.

Tabela 2

Os 10 principais produtos exportados pela China (jan/dez 2003) US\$ milhões	
Item	Valor
Equipamentos mecânicos e elétricos	227.450
Produtos de alta tecnologia	110.320
Roupas e seus acessórios	51.918
Máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades	41.111
Fios de fibras têxteis, sintéticas ou artificiais	26.926
Componentes de máquinas automáticas	18.226
Partes de aparelhos para interrupção de circuitos elétricos	15.853
Calçados	12.955
Partes e componentes de televisores, rádios e outros equipamentos de comunicação sem fio	7.804
Produtos Plásticos	7.317

Fonte: Banco do Brasil.

Já as importações, têm um componente bastante peculiar: caracterizam-se por bens de alto valor agregado, com um grande uso de tecnologia avançada, como consta na tabela abaixo:

Tabela 3

Os 10 principais produtos importados pela China (jan/dez 2003) US\$ milhões	
Item	Valor
Equipamentos mecânicos e elétricos	224.987
Produtos de alta tecnologia	119301
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	41105
Aço laminado	19915
Petróleo em bruto	19808
Tipo primário de Plástico	15724
Partes de equipamentos automáticos para processamento de dados	11478
Máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades	11414
Partes de componentes de televisores, rádios e outros equipamentos de comunicação sem fio	7216
Instrumentos e aparelhos de medida	6559

Fonte: Banco do Brasil.

Com a incrível marca de US\$ 438 bilhões exportados no ano de 2003 e, em contrapartida, US\$ 413 bilhões de importações, podemos notar o grau de dinamismo da economia chinesa. Com tal corrente de comércio, que supera muito a brasileira, vemos que este novo mercado da economia mundial se insere de forma cada vez mais definitiva no cenário internacional.

Apenas no intervalo de oito anos, que vai de 1995 a 2003, as vendas chinesas conheceram um aumento de 195%, acompanhadas de um crescimento de 213% nas importações. Esse cenário sofreu uma grande aceleração em um espaço de tempo mais recente, o que claramente foi resultado das reformas já explicadas, como mostra o gráfico abaixo:

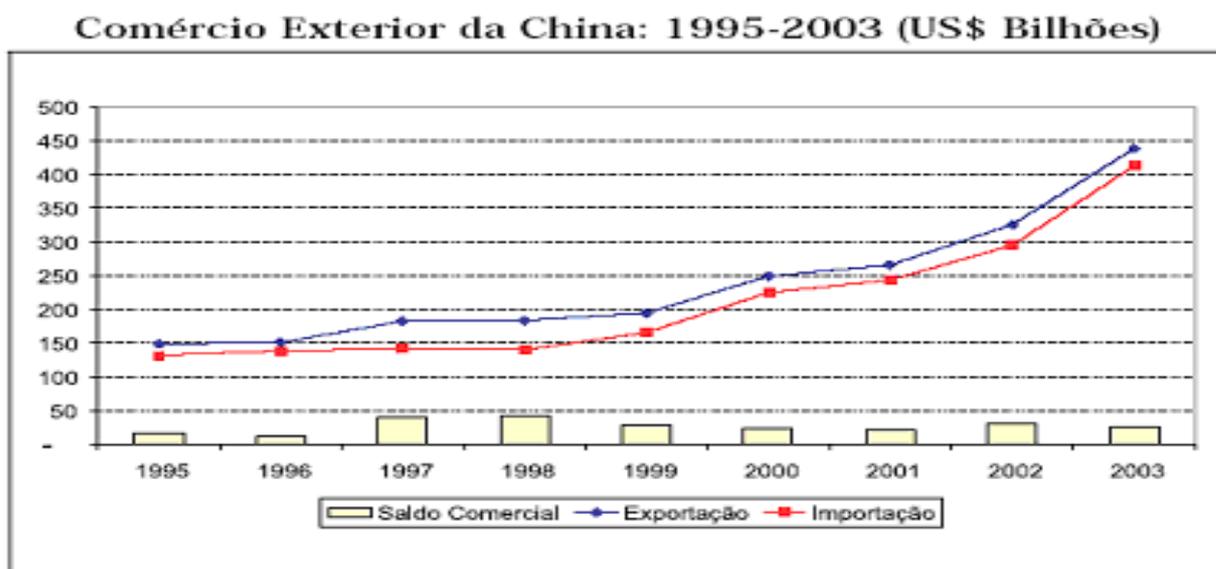


Gráfico 1

Comércio Exterior da China: 1995 – 2003 (US\$ Bilhões)

Fonte: BNDES

Além desses aspectos quantitativos referentes ao comércio exterior chinês, cabe fazer algumas considerações sobre a qualidade das exportações e importações do país. Sabe-se que a composição de tal comércio tem sofrido alterações substanciais, salientando o aumento de produtos de conteúdo tecnológico na área exportadora.

Até a década passada, a China era, sobretudo, forte na venda de artigos cuja característica principal era a mão de obra intensiva, como artigos têxteis e vestuários. Porém, nos anos recentes, assistimos a uma queda desses produtos na pauta e um significativo aumento nas vendas de máquinas de escritório e equipamentos eletrônicos.

Com base em dados que consideram um período maior de tempo, podemos fazer algumas considerações sobre o comportamento das exportações e importações chinesas ao longo de quase uma década.

Tabela 4
Principais Itens da Pauta de Exportações da China: 1995 – 2002
(US\$ Milhões)

<i>Setor</i>	<i>Valores (US\$ Milhões)</i>		<i>Crescimento (% ao Ano)</i>
	1995	2002	
Alimentos e Bebidas	9.287	12.424	4.2
Têxtil	17.491	27.636	6.8
Vestuário	21.546	35.455	7.4
Couro e Calçados	10.058	16.834	7.6
Química	9.391	15.794	7.7
Máquinas e Equipamentos	6.190	21.268	19.3
Máquinas de Escritório e Informática	4.766	36.228	33.6
Materiais Elétricos	6.970	19.991	16.2
Eletrônico e Comunicações	10.741	42.430	21.7
Diversos (Móveis, Brinquedos, etc.)	11.089	24.483	12.0
Demais	41.088	73.052	8.6
Total	148.616	325.596	11.9

Fonte: Banco do Brasil.

No que se refere às importações chinesas, também podemos notar um aumento dos produtos de alta tecnologia. Porém, pode-se perceber a grande necessidade de importações de alimentos e bebidas e um considerável crescimento no setor metalúrgico, o que vai impactar significativamente nas vendas brasileiras para este país. Podemos ver essa evolução na tabela a seguir:

Tabela 5
Principais Itens da Pauta de Importações da China:
1995-2002 (US\$ Milhões)

<i>Setor</i>	<i>Valores (US\$ Milhões)</i>		<i>Crescimento (% ao Ano)</i>
	1995	2002	
Extração de Petróleo	2.360	12.757	27.3
Alimentos e Bebidas	6.007	7.026	2.3
Têxtil	11.274	13.499	2.6
Química	18.356	40.412	11.9
Metalúrgica	9.708	24.325	14.0
Máquinas e Equipamentos	24.619	34.177	4.8
Máquinas de Escritório e Informática	2.855	17.094	29.1
Materiais Elétricos	5.972	15.689	14.8
Eletrônico e comunicações	12.476	55.841	23.9
Instrumentos Médicos e Ópticos	4.277	13.907	18.3
Demais	33.449	60.442	8.8
Total	131.353	295.170	12.3

Fonte: Banco do Brasil

Portanto, podemos verificar, após essa breve análise do setor externo chinês, que este país se encontra cada vez mais inserido na lógica do comércio internacional, exportando aqueles produtos que têm vantagens comparativas e importando aqueles que têm necessidade. Isso para o Brasil é bastante importante, uma vez que, se por um lado alguns setores da economia brasileira sentem a forte concorrência chinesa e pedem constantemente a adoção de políticas protecionistas por parte do governo, por outro setores exportadores podem, ou melhor, já estão se beneficiando do despertar desse gigante econômico.

O setor externo chinês torna claro que a China desperta para o mundo e busca importar os produtos que ela tem carência, o que com certeza fez contribuiu para que nossas exportações aumentassem tanto nos últimos anos.

Nesse contexto, tanto as vendas externas quanto as compras da China cresceram vertiginosamente, como podemos ver na tabela a seguir:

Tabela 6
Comércio Exterior da China 1978 – 2003 (em U\$S bilhões)

<i>Ano</i>	<i>Exportações</i>	<i>Importações</i>	<i>Corrente de Comércio</i>	<i>Saldo</i>
1.978	9,70	10,80	20,50	(1,10)
1.979	13,60	15,60	29,20	(2,00)
1.980	18,20	19,50	37,70	(1,30)
1.981	22,00	22,00	44,00	-
1.982	22,30	19,20	41,50	3,10
1.983	22,20	21,30	43,50	0,90
1.984	26,10	27,40	53,50	(1,30)
1.985	27,30	42,20	69,50	(14,90)
1.986	30,90	42,90	73,80	(12,00)
1.987	39,40	43,20	82,60	(3,80)
1.988	47,50	55,20	102,70	(7,70)
1.989	52,50	59,10	111,60	(6,60)
1.990	62,00	53,30	115,30	8,70
1.991	71,90	63,70	135,60	8,20
1.992	84,90	80,50	165,40	4,40
1.993	91,70	103,90	195,60	(12,20)
1.994	121,00	115,60	236,60	5,40
1.995	148,70	132,00	280,70	16,70
1.996	151,00	138,80	289,80	12,20
1.997	182,60	142,30	324,90	40,30
1.998	183,70	140,10	323,80	43,60
1.999	195,50	165,70	361,20	29,80
2.000	249,20	225,10	474,30	24,10
2.001	266,10	243,50	509,60	22,60
2.002	325,50	295,20	620,70	30,30
2.003	438,30	412,80	851,10	25,50

Fonte: Funcex

3 AJUSTE EXTERNO BRASILEIRO

3.1 DÉCADA DE 1990 – REFORMAS E LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL

A partir da década de 1990, inserida em um contexto internacional específico, a economia brasileira começa a sofrer inúmeras modificações estruturais. De acordo com Ricardo Carneiro (2002), do ponto de vista do setor produtivo, os impactos mais relevantes foram a dimensão do processo de liberalização com abertura comercial e a desnacionalização da propriedade de inúmeras empresas estatais, através das privatizações. Sendo assim, pode-se inferir que esse processo teve íntima relação causal com os recentes resultados do setor externo brasileiro.

Do ponto de vista ideológico, ainda segundo Ricardo Carneiro, pode-se notar uma ascensão do modelo neoliberal sobre o modelo chamado nacional-desenvolvimentista, acusado de ter sido o responsável pela crescente perda de dinamismo das economias latino-americanas. Segundo os partidários do neoliberalismo, as medidas protecionistas haviam criado uma estrutura extremamente ineficiente, com margens de lucro elevadas e baixa produtividade.

Porém, para termos um bom entendimento do que realmente se passou no Brasil na década de 1990, identificando os seus fatos impulsionadores/justificadores, torna-se mister entender a economia brasileira no contexto do panorama internacional. Segundo Filgueiras (2000):

Nesse final de século XX, vem-se assistindo a um complexo processo de rápidas e profundas transformações econômicas, sociais e políticas, que está colocando em questão as formas de organização das sociedades contemporâneas. Isso vem ocorrendo tanto nos países capitalistas avançados, quanto nos da periferia do sistema, bem como naqueles em que se estabeleceu e pereceu o chamado Socialismo Real. (FILGUEIRAS, 2000, p. 41).

Ainda segundo Filgueiras (2000), esses fenômenos são o avanço do já citado neoliberalismo, da reestruturação produtiva e da globalização: O neoliberalismo é

entendido em seu duplo sentido, tanto como ideologia quanto como práticas sócio-econômicas. A reestruturação produtiva, sucintamente, como novas formas de organização da produção. Já a globalização é encarada como um aprofundamento das relações capitalistas.

Portanto, foi a convergência desses três fenômenos distintos que impulsionou a adoção de políticas de liberalização comercial e reestruturação da produção. Como o objetivo de nosso trabalho é o estudo do comportamento das exportações do Brasil para a China, vamos dar maior ênfase ao estudo do âmbito comercial, por achar que este influenciou de forma mais intensiva o movimento do comércio. Porém, considera-se de que uma vez que se muda a forma de organizar a produção de mercadorias dentro de um país, isso também influenciará, de alguma forma, o comportamento das trocas de produtos.

A adoção do novo modelo de crescimento da economia nacional foi focada na concorrência como a principal alavanca do processo. Isso quer dizer que, com o discurso de dar um choque concorrencial no setor interno, as barreiras tarifárias foram em grande parte rebaixadas e as não tarifárias suprimidas, expondo o mercado interno à competição internacional.

Assim, a concorrência forçaria uma modificação da produção nacional que vinha desde a substituição de importações, colaborando para que as empresas se modernizassem, incorporando novas tecnologias através do barateamento dos bens de capital importados. Isso quer dizer que, pela lógica do modelo, a abertura teria uma dupla incumbência, pois, se por um lado tornaria o mercado interno mais vulnerável às importações, por outro, impulsionaria a competitividade e facilitaria o acesso aos mercados externos.

Além desse movimento de abertura, a estratégia de estabilização monetária centrada na intensa valorização do recém criado padrão monetário brasileiro – o Real, ao alterar os preços relativos, barateando as importações em detrimento das exportações, mexeu de forma significativa com o comércio exterior brasileiro.

Analisando os números do setor externo do Brasil, pode-se chegar à conclusão de que, em um primeiro momento, os impactos sobre a balança comercial foram bastante marcantes. Esse movimento é explicado pela já citada estratégia de estabilização de preços e reformas estruturais, uma vez que estes impactaram de forma decisiva na estrutura de trocas de bens da economia. A dupla juros altos e câmbio valorizado alteraram os preços relativos, fazendo com que as importações se tornassem muito mais atrativas, em detrimento das exportações.

Podemos visualizar esse movimento através do gráfico a seguir:

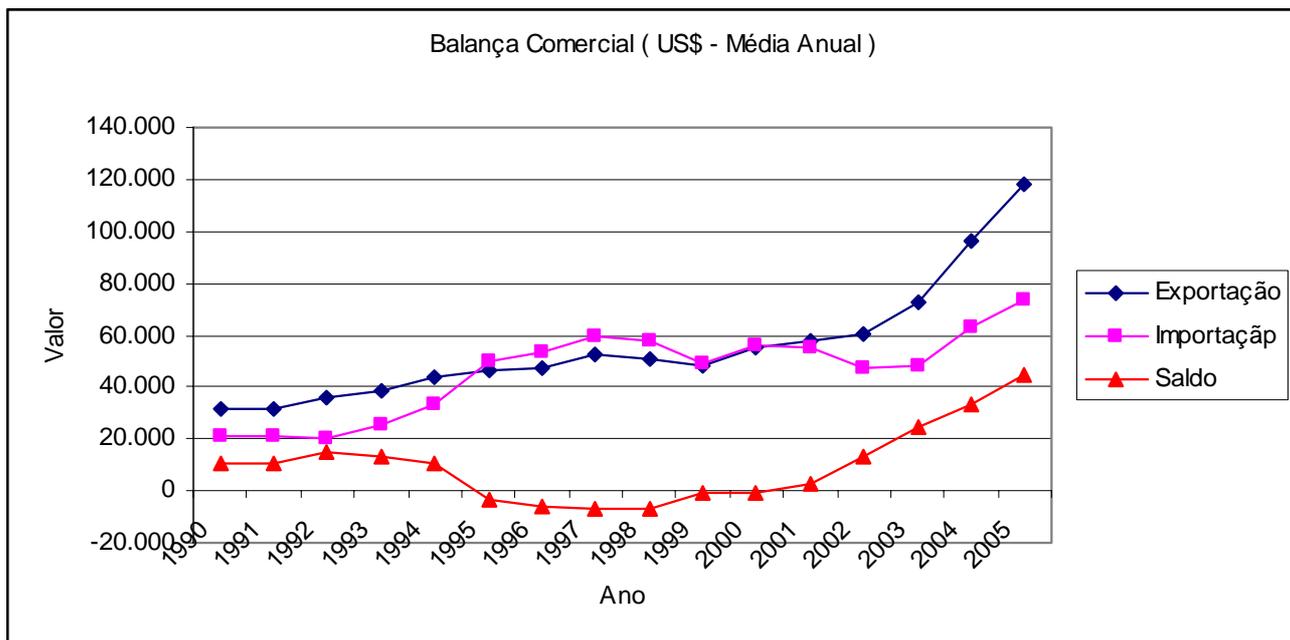


Gráfico 2

Balança Comercial – Brasil – Desempenho 1990 a 2005.

Fonte: Ipeadata

Podemos notar claramente que, no período imediatamente posterior a 1993, quando foi implantado o Plano Real, as exportações brasileiras conheceram um considerável aumento em termos quantitativos. No entanto, pelo fato das importações terem crescido de forma muito mais intensa, a balança comercial acumulou sucessivos déficits, deixando o Brasil em uma posição difícil no balanço de pagamentos.

Esse foi o comportamento do Brasil, no âmbito do comércio externo, na década de 1990, tendo a abertura ocasionando transformações importantes nas trocas. Porém, em 1999, ocorreu um fato novo que foi a desvalorização cambial e o ajuste externo, trazendo grandes modificações nas trocas de mercadorias.

3.2 1999 – CRISE CAMBIAL E AJUSTE EXTERNO.

Durante toda a segunda metade da década de 1990, países emergentes que tinham utilizado estratégia similar ao Brasil para a estabilização monetária sofreram grandes crises e foram obrigados a desvalorizar as suas moedas. Em dezembro de 1994, a moeda mexicana sofreu uma desvalorização de mais de 50%, seguida por conseqüências extremamente dolorosas, tais como inflação de mais de 50% e queda do PIB de 5%. A Coréia do Sul, que em 1997 foi obrigada a realizar um movimento similar ao mexicano; também conheceu um aumento da inflação e queda do PIB. A crise da Rússia, que chegou a resultar na reestruturação da dívida interna e moratória de 90 dias sobre a dívida externa, completa esse quadro.

Em vista dessa conjuntura, houve uma escassez de financiamento internacional para as economias emergentes, o que aliado à deterioração das contas externas do Brasil ao longo dos anos imediatamente anteriores forçou o governo a mudar a estratégia de controle da inflação.

A verdade é que a partir da crise dos países do leste asiático, em 1997, havia ficado nítido tanto para o Governo quanto para outros setores da economia brasileira, que havia uma necessidade imediata de mudança na política econômica no sentido de corrigir os dois desequilíbrios extremamente agravados no período 1995/1997: o das contas públicas e o das contas externas.

A estratégia de controle adotada em ambas as frentes foi o gradualismo, inviabilizado pelo estouro da crise russa e o problema de previsão de fluxo de capital para o ano de 1999, quando vários analistas chegaram a alertar que as contas externas do país simplesmente não fechavam. Assim, a nação começou a conhecer uma fuga em massa de capitais e uma insustentável pressão para a desvalorização cambial.

Em janeiro de 1999, a perda de reservas internacionais ficou cada vez mais intensa, chegando a US\$ 1 bilhão/dia, o que culminou, no dia 13 de janeiro, com a demissão do então presidente do Banco Central, Gustavo Franco, um dos formuladores do Plano Real e

da âncora cambial, e na adoção de uma estratégia de bandas cambiais, que por sua vez também não obteve sucesso. Finalmente, no dia 15 de janeiro de 1999, sem opções de defesa do real, o governo liberou o câmbio, deixando o mercado fixar a taxa de equilíbrio. Após várias semanas de intensa variação, em que chegou a romper a barreira dos R\$ 2,00, a taxa de câmbio finalmente se estabilizou ficando em torno de R\$ 1,65 e a trajetória das diversas variáveis macroeconômicas convergiu para números mais favoráveis, como inflação de menos de 10% e não ocorrência de grande recessão. Segundo Fábio Giambiagi (GIAMBIAGI, 2001), o que gerou tudo isso foi a posse de Armínio Fraga, homem de confiança da banca internacional, na presidência do Banco Central; a brutal elevação da taxa de juros, mesmo em um ambiente interno de pressão contrária, a articulação política do Governo no Congresso Nacional para a pronta aprovação das medidas necessárias e a promoção de **road shows** no exterior no sentido de reabertura das linhas de crédito de longo prazo.

Enfim, segundo defensores do Governo, a passagem do regime de câmbio fixo para flutuante se fez com relativo sucesso, uma vez que as variáveis macroeconômicas da economia brasileira se comportaram bem em comparação com outros países que foram obrigados a passar pelo mesmo movimento. A estratégia da âncora cambial no combate a inflação foi trocada pelo tripé metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante, passando a taxa de câmbio a sofrer os impactos das oscilações econômicas mundiais, o que gerou modificações substanciais na estrutura da economia brasileira, com alteração de preços relativos e variação das exportações e importações.

Ainda segundo Fábio Giambiagi, o regime de câmbio flutuante que, conforme explanado anteriormente, foi adotado pelo Brasil seria mais eficaz ao ajuste uma vez que:

A taxa de câmbio relevante para as contas externas é a taxa de câmbio real e essa depende do diferencial de inflação entre o Brasil e seus parceiros comerciais. A rigor, como o que importa é a taxa real, não haveria por que acreditarmos que o regime de câmbio flutuante tenha sido mais eficaz para promover o ajuste externo do que o regime administrado. Entretanto, os ajustamentos da taxa real para seu nível de equilíbrio se dão muito mais rapidamente sob o primeiro regime do que sob o segundo. Essa condição faz com que a flutuação seja mais eficiente para estabelecer,

no curto e no médio prazo, o câmbio real de equilíbrio... (BARROS; BARBOSA; GIAMBIAGI, 2004, p.132)

Como a base de qualquer ajuste externo passa pelas modificações dos preços relativos, o câmbio flutuante se ajustando de forma mais rápida aos choques da economia vai favorecer a tal ajustamento.

Assim, o ano de 1999 inaugurou o início de um ajuste no déficit brasileiro em conta corrente, que se pode dividir em dois períodos: o que vai de 1999 a 2001, quando o financiamento externo era mais abundante, e o que começou em 2002, quando se assiste a uma substantiva deterioração dessa condição. O fator mais importante dessa reversão do déficit externo durante o período de flutuação cambial foi a balança comercial, que com o incentivo natural do câmbio desvalorizado às exportações e, reciprocamente, o desestímulo às importações, passou de um saldo negativo de U\$ 6,6 bilhões no ano de 1998 para um superávit de U\$ 2,7 bilhões em 2001, quando as exportações passaram de U\$ 51,1 bilhões para U\$ 57,7 bilhões.

Esse aparente pequeno crescimento das vendas externas não representa totalmente os estímulos para o setor exportador do Brasil da mudança do regime cambial, já que entre 1999 e 2001 houve uma pequena queda de 4,6% nos preços dos produtos no mercado externo, fazendo com que o aumento total das exportações ficasse, de certa forma, mascarada.

O certo é que este cenário proporcionou um grande estímulo aos setores exportadores brasileiros, fazendo que os preços relativos aumentassem bastante com a desvalorização do câmbio. Essa modificação dos preços relativos deslocou a orientação exportadora das empresas e aumentou os investimentos diretos para os setores de bens *tradables* da economia. Isso se dá uma vez que, segundo Giambiagi:

... a percepção dos agentes é a de que há um custo elevado em se ficar exposto às variações cambiais decorrentes do regime flutuante e também de que a mudança de preços relativos veio para ficar, é muito provável que esses agentes pensem

estruturalmente em ficar menos expostos ao câmbio, substituindo importações e ampliando as exportações (BARROS; BARBOSA; GIAMBIAGI, 2004, p.132)

Registra-se que a desvalorização cambial teve um efeito um tanto diferente no que tange o tipo de produto em questão. Por exemplo, no que se refere aos produtos primários, em que o preço externo é obtido pelas variações da oferta e da demanda internacional, essa mudança no câmbio exerceu um papel fundamental no aumento de renda em Real para os exportadores, o que aumentou os investimentos e, conseqüentemente, a produtividade. Isto fica bastante evidente quando se analisa o agronegócio, que tem a soja como o seu carro chefe, e que conheceu um crescimento bastante grande do excedente exportável, sendo um dos principais produtos exportados para a China.

3.3 EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

As exportações brasileiras tiveram um aumento tímido na segunda metade da década de 90, o que se deve bastante à estratégia de sobrevalorização do real frente ao dólar, que gerou no período de 1994 a 2002 um aumento de apenas 4%. Esse dado, quando comparado aos 24% ao ano do período de 2002 a 2005, retrata bem as intensas modificações que o setor externo brasileiro passou na fase em questão.

De acordo com Fernando Ribeiro e Ricardo Markwald (Ribeiro e Markwald; 2000), para se obter uma boa compreensão desse movimento, deve-se levar em conta os diversos fatores que para ele contribuíram. Tem-se a interação da desvalorização cambial de 1999; o aumento do comércio mundial; as reformas estruturais da década de 1990 no sentido de liberalização da economia brasileira; o desempenho do agronegócio, que, como nunca é demais lembrar, tem uma grande participação no comércio com a China; a abertura de mercados e diversificação de destinos; a elevação dos preços das commodities e, finalmente, a nova “cultura exportadora”. Além desses fatores, temos ainda a demanda interna debilitada pela política monetária e fiscal restritiva.

Todos esse fatores, na medida em que foram cada vez mais intensificados no período recente, estimularam de forma ímpar as vendas externas brasileiras, fazendo com que fosse

gerado um verdadeiro surto exportador, expressão usada por Ricardo Markwald e Fernando Ribeiro(Ribeiro e Markwald; 2000), na sua exposição sobre a fase em questão.

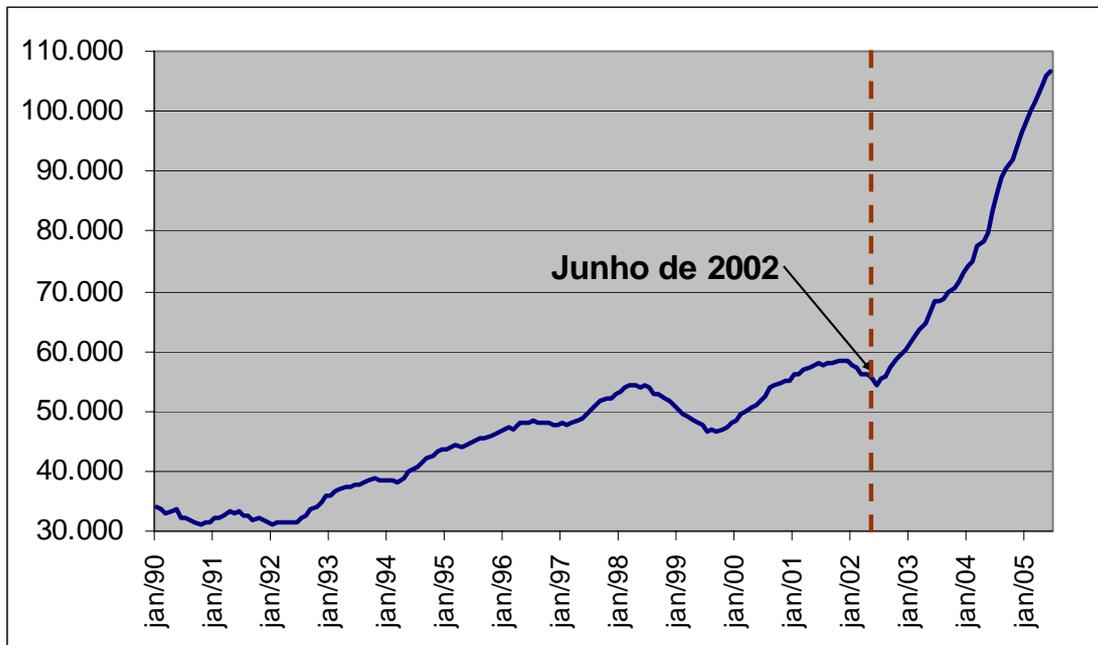


Gráfico 3

Exportações brasileiras acumuladas em 12 meses (em US\$ Milhões)

Fonte: Funcex

Percebe-se claramente o ano de 2002 como ponto de inflexão no incremento de nossas exportações. A explicação para esse atraso no impacto da desvalorização de 1999, deve-se a dois fatores: inicialmente, o mau estágio dos preços internacionais, que fizeram com que as exportações decepcionassem nos anos imediatos à desvalorização; e segundo, à inflexibilidade dos contratos.

O recente desempenho de nossas vendas externas só é passível de comparação, em termos de taxa de crescimento anual com os anos de 1967 – 1974, quando a economia brasileira passou por um período de crescimento intenso. Se vê na tabela a seguir:

A contribuição do câmbio para esse movimento torna-se mais nítida quando se compara o desempenho da base exportadora e a evolução da taxa de câmbio real. Isso se dá porque o câmbio desvalorizado induziu a entrada de novas empresas no setor exportador:

Tabela 7
Evolução das exportações brasileiras
em sub-períodos selecionados
 1967- 2005

Período	Ano inicial <i>(US\$ Milhões)</i>	Ano final <i>(US\$ Milhões)</i>	Número de anos	Tx cresc. anual (%)
1950-1967	1.355	1.854	17	1,2
1967-1974	1.854	7.951	7	25,1
1974-1981	7.951	23.293	7	16,6
1981-1988	23.293	34.383	8	5,0
1989-1998	34.383	51.120	9	4,5
1998-2002	51.120	60.362	4	4,2
2002-2005(e)	60.362	115.000	3	24,0

Fonte: SECEX

No entanto, um fator gera bastante preocupação no aspecto da qualidade das exportações, já que, mesmo com o recente estímulo a elas, poucas mudanças ocorreram na composição dos tipos de produtos componentes da pauta.

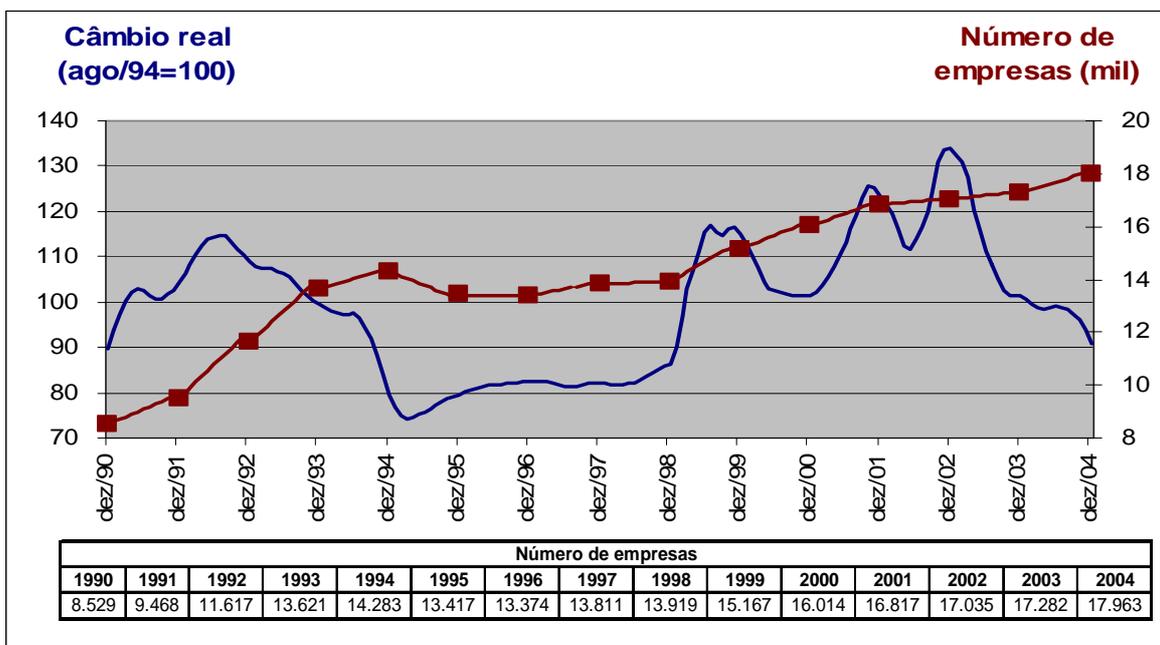


Gráfico 4

Evolução da base exportadora e da taxa de câmbio real DE 1990-2004

Fonte: Funcex

Um aspecto bastante pertinente em relação ao presente estudo é o destino das vendas externas brasileiras a partir de 1999. A análise dos dados existentes indica claramente que os mercados tradicionais perderam de forma bastante substantiva espaço na pauta exportadora brasileira em favor dos denominados “novos” mercados. Esse seguimento, em que a China é o principal país desse bloco, explica, em parte, o porque de nossas exportações terem crescido de forma tão substancial nos últimos anos.

Tabela 8
**Desempenho das exportações por grupos de produtos
 1998-2004**

Categorias	Participação (%) na pauta				Var. (% a.a.)	
	1998	2000	2002	2004	98-04	02-04
Primários e semimanufaturados	50,7	46,6	52,0	51,9	11,6	26,3
Agrícolas	36,1	30,9	34,6	34,8	10,5	26,8
Minérios	13,9	14,1	12,5	12,5	9,3	26,3
Energéticos	0,7	1,6	4,9	4,6	52,4	22,4
Manufaturados	48,1	51,4	46,2	46,5	10,5	26,8
Indústrias intensivas em trabalho	8,5	9,0	8,2	7,4	8,5	19,6
Indústrias intensivas em economias de escala	21,9	19,9	18,5	20,4	9,9	32,6
Indústrias produtoras de bens de capital	10,5	9,3	9,0	11,3	12,5	41,9
Indústrias intensivas em P&D	7,2	13,2	10,5	7,5	11,8	6,7
Outros produtos	1,2	2,0	1,8	1,6	15,3	18,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	11,2	26,4

Fonte: Da dos básicos da SECEX/MDIC

Como indicam os dados da tabela 8, as vendas externas brasileiras perderam participação relativa em relação aos seus tradicionais mercados consumidores, destacando-se o Mercosul que com a crise de seus membros deixou de comprar de forma substancial.

Tabela 9a
Exportações brasileiras segundo principais mercados
 1998, 2002 e 2004

Regiões, países e blocos selecionados	Orientação geográfica das exportações (em %)			Variação na participação (em p.p)		
	1998	2002	2004	98-02	02-04	98-04
Mercados tradicionais	80,3	72,3	70,5	- 8,0	- 1,8	- 9,8
➤ Mercosul	17,3	5,5	9,2	-11,8	3,7	- 8,1
➤ UE (15)	29,5	25,5	25,0	- 4,0	- 0,5	- 4,5
➤ Japão	4,3	3,5	2,9	- 0,8	- 0,6	- 1,4
➤ CAN	4,7	4,4	4,3	- 0,3	-0,1	- 0,4
➤ México	2,0	3,9	4,1	1,9	0,2	2,1
➤ EUA + Canadá	20,4	27,0	22,3	6,6	- 4,7	1,9
➤ Chile	2,0	2,4	2,6	0,4	0,2	0,6

(continua)

Fonte: SECEX/MDIC

Os números referentes aos novos mercados são muito favoráveis principalmente os relativos ao mercado chinês. Com isso, o Brasil obteve um ganho de **market-share** expressivo nos mercados novos.

Tabela 9b
Exportações brasileiras segundo principais mercados
1998, 2002 e 2004

Regiões, países e blocos selecionados	Orientação geográfica das exportações (em %)			Variação na participação (em p.p)		
	1998	2002	2004	98-02	02-04	98-04
Mercados não tradicionais	18,6	26,1	28,0	7,5	1,9	9,4
➤ China	1,8	4,2	5,6	2,4	1,4	3,9
➤ MCCA+CARICOM	0,8	1,7	2,1	0,9	0,4	1,3
➤ Ásia-Pacífico ⁽¹⁾	4,1	5,5	5,3	1,4	- 0,2	1,2
➤ África	3,2	3,9	4,4	0,7	0,5	1,2
➤ Europa Oriental	1,8	2,6	2,6	0,8	0,0	0,8
➤ Oriente Médio	3,1	3,9	3,8	0,8	- 0,1	0,7
➤ Resto do Mundo	3,7	4,4	4,0	0,7	-0,4	0,3
➤ Provisão de navios	1,1	1,6	1,5	0,5	-0,1	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	-	-	-

Fonte: SECEX/MDIC.

Obs: (1) Inclui Coréia do Sul, Hong-Kong, Cingapura, Tailândia, Malásia, Filipinas e Indonésia.

A análise dos dados disponíveis, permite notar que a economia brasileira conheceu realmente um verdadeiro surto exportador nos últimos anos. Tal surto é explicado pelos diversos aspectos conjunturais e estruturais que foram anteriormente explicado, tais como a desvalorização mundial, o crescimento do comércio internacional, etc. Porém, o fato mais relevante foi o crescimento vigoroso da participação dos chamados “novos” mercados na nossa pauta. Como a China figura como o mais importante desses mercados, torna-se nítida a importância desse movimento para a compreensão do recente fluxo de comércio entre o Brasil e aquela nação.

Tabela 10

Market-share do Brasil na importação mundial

1998, 2002 e 2004

(continuação)

Regiões, Blocos e Países	Market-share (%) do Brasil			Variação do market-share (em p.p.)		
	1998	2002	2004	1998 a 2002	2002 a 2004	1998 a 2004
Mercados não-tradicionais	0,61	0,76	0,96	0,17	0,20	0,35
- MCCA e CARICOM	1,24	1,85	4,84	0,61	2,99	3,60
- África	1,31	1,51	1,91	0,20	0,40	0,60
- Oriente Médio	1,24	1,46	1,78	0,22	0,32	0,54
- China	0,81	1,02	1,55	0,21	0,53	0,74
- Europa Oriental	0,67	0,93	0,79	0,26	(0,14)	0,12
- Asia-Pacífico ⁽¹⁾	0,38	0,47	0,59	0,09	0,12	0,21
- Oceania	0,32	0,35	0,38	0,03	0,03	0,06
- Resto do Mundo	0,44	0,48	0,45	0,04	(0,03)	0,01
Total	0,99	1,00	1,17	0,01	0,17	0,18

Fonte: Comtrade

4 FLUXOS COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA.

Como já foi relatado anteriormente, os fluxos comerciais brasileiros com a China vêm aumentando velozmente, principalmente como destino de nossas exportações. Como expressão desse movimento, temos de 1999 a 2003 um crescimento de nossas exportações em mais de 11 vezes, o que fez com que este país passasse de 1,4% para 6,2% na participação de nossas vendas, transformando-se assim, em nosso terceiro país comercial.

Procuraremos , dentro dessa seção, estabelecer a evolução dos fluxos comerciais entre os dois países ao longo do tempo, relatando os seus padrões e buscando explicações para o por quê desses fluxos terem se comportado de forma tão marcante nesses últimos tempos. Vale lembrar que a estrutura dessa seção, que é análise dos fluxos versus classificação por setores e classes versus análise do dinamismo, foi inspirada no trabalho de Fernando Ribeiro e Henry Pourchet, publicado na Revista Brasileira de Comércio Exterior de número 79, que trata de tal tema.

4.1 EVOLUÇÃO DOS FLUXOS COMERCIAIS.

Ao fim do ano de 2003, as vendas brasileiras para a China totalizaram cerca de US\$ 4,5 bilhões, o que, uma vez que as importações provenientes deste mesmo país alcançaram US\$ 2,15 bilhões, contribuiu para que o Brasil saísse de um saldo negativo de US\$ 189 milhões em 1999 para um superávit de US\$ 2,4 bilhões. Voltando um pouco no tempo, podemos identificar três fases nos fluxos de comércio entre as duas nações, a partir do ano de 1985:

A primeira, corresponde ao período de 1985 – 1992, quando conheceu um patamar reduzido de importações e exportações, flutuando na faixa dos US\$ 500 milhões por ano, fazendo com que as vendas para a China representassem apenas, ao final do ano de 1991, 1% das participações na pauta. Em seguida, temos o espaço entre 1993 – 1998, que já se insere no âmbito da abertura comercial brasileira e das reformas chinesas tratadas nas duas seções anteriores, o que contribuiu para que o nível de exportações atingisse a margem de

US\$ 1 bilhão/ano, ou seja, um crescimento de 100% em relação ao período anterior, impulsionado pelas modificações estruturais. Por fim, temos o período de 1999 – 2003, quando os fluxos conheceram um crescimento significativo, fazendo com que as nossas exportações atingissem a já citada marca de US\$ 4,5 bilhões.

Segundo Fernando Ribeiro:

É certo que boa parte deste desempenho extremamente favorável das exportações para a China, em comparação com as destinadas ao resto do mundo, deve-se ao fato de suas importações totais terem crescido muito mais rápido do que as importações mundiais – 125% contra 34% entre 1999 e 2003. (RIBEIRO, 2004, P. 15)

No entanto, ainda segundo o mesmo autor, a explicação para esse extraordinário crescimento de nossas exportações não deve se ater somente a um fator de demanda, uma vez que, entre o período de 1999 e 2003, as vendas externas do Brasil para a China cresceram 570%, 4,6 vezes maior do que a taxa das importações totais daquele país. Além disso, temos ainda o fato dos preços das exportações brasileiras terem sido beneficiados de forma ímpar ao longo desse período e estas se concentrarem em setores que conhecem um aspecto complementar à economia chinesa, em que a demanda cresce bastante.

Com base nessa primeira análise referente aos períodos dos fluxos comerciais entre os dois países, podemos chegar à conclusão preliminar de que os anos que marcaram inflexões no comportamento dos mesmos são justamente aqueles em que ocorreram modificações estruturais nas duas nações. Assim, temos o primeiro período que, como foi relatado anteriormente, conheceu níveis extremamente baixos tanto de importações quanto de exportações, que se relaciona com a fase da economia brasileira fechada e da Chinesa ainda em um processo insipiente de reformas. Na segunda fase, temos um aumento de 100% no nível de exportação, que foi fruto do processo de abertura comercial brasileira e aprofundamento de reformas chinesas. Por fim, a terceira fase, que vem conhecendo níveis crescentes de vendas externas, se relaciona com a ascensão definitiva da China como

grande player da economia mundial e o processo de ajuste externo pós 1999 brasileiro, com a desvalorização cambial.

Para termos uma visão mais detalhada do âmbito comercial dos dois países, torna-se necessária uma análise da composição de nossas vendas segundo classes, setores e produtos:

4.2 PAUTAS DE EXPORTAÇÕES: CLASSES, SETORES E PRODUTOS

Ao analisarmos a pauta de exportações brasileiras para a China nesses últimos períodos, é interessante fazer uma relação entre a composição desta com a pauta de exportações totais do país. No que se refere a esta última, temos a sua composição dada por 27,9% de produtos básicos, 14,7% de produtos semi-manufaturados e 55,1% de produtos manufaturados. Quando se olha para a pauta Brasil- China, nota-se que os produtos básicos têm uma grande importância, respondendo por mais da metade da composição da mesma (55,5%), enquanto os semi-manufaturados respondem por 20,1% e os manufaturados apenas a 24,1%.

Dada essa primeira análise, podemos chegar a uma pequena inferência, que é a do comércio Brasil-China ser extremamente concentrado em produtos com baixo valor agregado, no que pese a importância dos produtos classificados como básicos na pauta. Assim, podemos preliminarmente provar que, de fato, o crescimento Chinês e a sua abertura para o mercado internacional fez com que este país buscasse no exterior os produtos de carência interna. Como o crescimento foi extremamente elevado e as suas importações totais superaram em muito às mundiais, as vendas brasileiras foram imensamente favorecidas. Como bem relata Renato Amorim, em entrevista dada a Funcex:

A China está indo para o mundo como quem vai a um shopping center – observa onde estão as oportunidades e quem oferece os produtos dos quais é carente. (AMORIM, 2004, p. 24).

Mas, é válido notar que essa composição da nossa pauta segundo classe de produtos, como tudo no comércio internacional, assume um comportamento dinâmico. Isso porque, embora haja ainda uma grande concentração nos produtos básicos, a participação destes vêm diminuindo aos poucos nos períodos recentes. Isso fica evidente quando observamos que, em 1998, a participação dos básicos correspondia a 70% da pauta e no período 2001 – 2005 essa participação foi para 55,5%

Passando para uma análise da estrutura no que tange aos setores de produtos, vê-se que nossas vendas são extremamente concentradas nos setores Agropecuário e Extrativo Mineal, que representam 47,5% das exportações para a China e dentro de cada um desses, 90% em apenas um produto, respectivamente soja e minério de ferro. Temos aí uma pista do crescimento significativo de nossas exportações, uma vez que esses produtos são chave para um país que está conhecendo um processo intenso de crescimento econômico e que conta com uma imensa população para alimentar e, apesar das dimensões continentais, é extremamente carente destes recursos naturais. Ou seja, vemos aí uma intensa complementariedade entre a economia brasileira e chinesa, ao menos nesses setores. Vale citar que no ano de 2004 as vendas de soja para a China corresponderam a 30,6% do total de exportações para esse país e as de minério de ferro a 22,1%.

Na realidade, a concentração nas vendas externas brasileiras para a China sempre foi uma constante. Um exemplo disso é que desde 1985 cinco setores sempre se posicionaram entre os oito principais da pauta, quais sejam: Extrativa Mineral, Siderurgia, Agropecuária, Celulose, papel e gráfica e Óleos vegetais. Aglomerados, eles correspondiam a, aproximadamente, 70% da pauta.

Mais uma vez, vemos uma pauta exportadora bastante focada em produtos de baixo valor agregado, porém extremamente importantes para o já referido processo de crescimento econômico chinês.

Tabela 11

Participação da China nas exportações brasileiras e contribuição para o crescimento.				
Setor	Participação % em 1999	Participação % em 2003	Contribuição para o crescimento das exportações entre 1999 e 2003	
Agropecuária	5,1	24	36,6	
Extrativa mineral	7,5	19	56,7	
Siderurgia	0,9	15,7	40	
Celulose, papel e gráfica	2,8	10,9	36,3	
Óleos vegetais	2,8	7	12,7	

Fonte: Funcex

Apenas os cinco setores da tabela 11 foram responsáveis por uma boa parte do incremento das exportações brasileiras no período 1999 – 2003. Paralelamente, existe uma concentração dentro de cada um desses setores, respectivamente de um ou dois produtos: minério de ferro, laminados planos e semi-manufaturados de ferro e aço, soja, celulose e óleo de soja.

Esta concentração em alguns setores e, dentro desses setores, em alguns produtos é extremamente preocupante, já que torna as exportações brasileiras mais sujeitas às inversões dos rumos do comércio internacional, como o aparecimento de novos fornecedores ou mudança de estratégia por parte do comprador.

A tabela nos mostra uma análise das nossas exportações por setores econômicos:

Tabela 12

Exportações Brasileiras 1995 – 2003 por setores

Setores	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Média
Agropecuária	0	4,3	89,9	221,8	111,4	337,5	537,9	831,3	1.322,20	288
Extrativamineral	160,1	152,9	191,6	203	253	292,5	516	649,5	830,6	299,5
Siderurgia	97	74,6	43,2	15,9	26,6	37,5	56,6	142	755,9	170,8
Peças e outros veículos	81,9	93,8	23,5	13,1	5	47,9	144,4	116,4	324,5	71,6
Celulose, papel e gráfica	6,5	20,4	36,9	25,6	60,1	61,3	138,8	140,5	312,3	69,3
Óleos vegetais	570	660,1	528,9	308,7	62,2	34,7	6,5	126	272,5	255,2
Madeira e	2,6	1	1,6	2,1	9,3	33,9	47,3	78,7	122,5	25

mobiliário

Calçados	2,8	4,6	13,9	15,4	21,5	24,3	56,6	89,5	117,3	30,4
Refino, petróleo e petroquím.	14,6	10,8	17,7	4,1	11,6	36,9	21,3	38,1	86,5	25
Benefic produtos vegetais	6,6	0,8	13,1	6,8	40	52,5	62,4	77,2	74,2	27,9
Máquinas e tratores	42,7	22,5	25	16,1	15,1	24,9	54,2	55	65,3	31,6
Metalurgia não ferrosos	1,7	15	9	1,4	0,4	0,7	2,4	7,5	38,3	19,8
Equipamentos eletrônicos	3,4	2,3	1,9	1,4	5,6	8,7	25,5	26	29,5	8,8
Material elétrico	19,5	15,1	8,7	7,3	7,5	9,5	31,9	43,1	26,5	15
Têxtil	14,9	1,6	2,6	0,7	0,3	0,8	0,9	5,4	23	4,6
Petróleo e carvão	0	0	0	0	0	36,1	39,8	0	22,3	8,2
Elementos químicos	4,4	1,3	9	2,6	9	6	11,2	11,2	21,8	6,7
Veículos automotores	0,7	0,1	0	0,1	0,1	2,3	86,2	33,7	16,8	11,7
Outros produtos metalúrgicos	7,4	6,8	4,5	0,8	2,2	1,4	4,9	10,4	15,9	5,8
Abate animais	0,5	3,3	6,7	1	7,8	11,8	10,5	7,1	12	5,3
Indústrias diversas	3,9	7	37,3	43,8	13,7	9,7	7	10,8	11,8	12,9
Borracha	3,9	5,7	5,2	1	1,1	0,6	1,4	2,9	7,2	2,8
Químicos diversos	5,2	2,4	2,9	2,9	4,5	4,2	2,4	4,4	6,9	4
Min não metálicos	14,2	2,1	0,5	0,7	0,8	1,3	4,3	1,9	6,3	2,7
Plástica	2,3	2,6	0,5	0,4	0,7	0,8	0,4	3,2	2,8	1,2
Farmacêutica e perfumaria	0,2	0,6	0,3	0	0	3	1,8	3,2	2,5	1,2
Outros produtos alimentares	1,9	0,2	3	1,5	2,2	3,9	2	3,1	2,3	2,9
Café	0,2	1,1	0,4	0,3	0,2	0,4	0,7	0,8	1,4	0,5
Açúcar	134,5	0,5	10	5,8	3,9	0	26,4	0,7	0,4	15,2
Artigos de vestuário	0	0	0,1	0	0	0	0	0,1	0,2	0,1
Laticínios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não classificados	0,2	0,3	0,3	0,6	0,3	0,1	0,4	0,8	0,9	0,3
Total	1.203,80	1.113,80	1.088,20	904,9	676,1	1.085,20	1.902,10	2.520,50	4.532,60	1.424,10

Fonte: Funcex.

Observa-se que, apesar de um recente ensaio de mudança nesse cenário, com alguma diversificação de exportações nos quesitos classe e setores, essa concentração se mantém desde 1985, início da divisão metodológica do estudo.

Cabe agora fazer algumas considerações sobre o dinamismo do crescimento das importações chinesas, uma vez que esse aspecto influi de forma decisiva no aumento de nossas vendas para aquele país.

4.3 ANÁLISE DO DINAMISMO DAS EXPORTAÇÕES

Usando a divisão metodológica utilizada por Fernando Ribeiro e Henry Pourchet (RIBEIRO; POURCHET, 2004), estabelece-se aqui três classificações para o grau de dinamismo do crescimento das importações chinesas, quais sejam: os produtos dinâmicos, que conheceram um crescimento superior a 25% ao ano, os intermediários, que são os de crescimento maior ou igual a 12% ao ano, os em decadência, que ficaram na faixa maior ou igual a zero e menor a 12% ao ano e, finalmente, os produtos em regressão, com crescimento anual negativo.

Verificou-se que a taxa de crescimento anual de 57,7% dos produtos brasileiros, encontram-se na faixa dos produtos dinâmicos. Como 23% podem ser classificados como intermediários, tem-se que 80,7% do total de produtos exportados pelo Brasil para a China vem conhecendo um crescimento muito significativo nos últimos anos, o que explica de forma decisiva o grande aumento de nossas vendas para aquele país.

Os produtos classificados como em regressão respondem a apenas por 8,1% das nossas vendas, o que significa que nada menos de 91,9% dos produtos exportados brasileiros para a China vêm conhecendo alguma taxa de crescimento nos últimos anos. Esse aspecto, sem dúvida, se dá graças ao processo de reformas e abertura chinês, que possibilitou o crescimento acelerado daquele país nos últimos anos e a busca no comércio internacional dos artigos necessários para viabilizar o crescimento. O Brasil, graças à maior abertura comercial que passou na década de 90 e ao recente ajuste externo, que teve entre seus

pilares uma desvalorização cambial e um maior ênfase na obtenção de saldos positivos na balança comercial, vem, de certa forma, aproveitando bem tal crescimento da demanda chinesa.

Tabela 13

Exportações Brasileiras para a China segundo dinamismo - média 2001 - 2003		
Dinamismo	US\$ milhões	Partic %
Dinâmicos	1.449	57,7
Intermediários	578	23
Em decadência	70	2,8
Regressão	2002	8,1
Não classificados	211	8,4
Total	2.510	100

Fonte: Funcex

Os produtos de exportação classificados entre os dinâmicos são justamente aqueles identificados anteriormente como principais na nossa pauta, dentre os quais soja, celulose, laminados planos, ferro e aço. Dentre os produtos intermediários, temos basicamente o minério de ferro, que vem crescendo 12,3% nos últimos anos. Vale lembrar que as exportações brasileiros nesse quesito registraram aumento de mais de 40%.

Os dados levantados apontam o impacto da demanda chinesa de produtos resultantes das reformas chinesas e a influência destas sobre o crescimento econômico do país. Ou seja, o grande crescimento do dinamismo da procura chinesa de certos produtos é, sem dúvida, fruto dos processos de abertura e crescimento.

Como a pauta de exportações brasileiras é focada nesses produtos, há uma grande vantagem no incrementar de nossas vendas para a China, daí o excepcional desempenho de nossas vendas para este país nos últimos anos.

Com o objetivo de tecer um panorama mais completo do perfil comercial entre os dois países, tornam-se necessárias algumas considerações a respeito das importações provenientes daquele país.

4.4 IMPORTAÇÕES

A pauta de importações do Brasil provenientes da China, apesar de em um grau menor do que as exportações, é concentrada em alguns setores econômicos. Por exemplo, no ano de 2003, 90% da pauta era composta de produtos de 12 setores, dentre os quais, os dois maiores, Equipamentos eletrônicos e Siderurgia, tinham 40% de participação.

Tabela 13

Importações Brasileiras provenientes da China

Setores	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Média
Equipamentos eletrônicos	143,6	192,1	204,1	189,3	206,3	342,9	277,5	410,2	631,2	229,3
Siderurgia	64,8	39,3	64,6	100	40,8	66,2	84,1	110,5	225,9	73,4
Elementos químicos	66	90,1	79,5	75,2	81,6	127,3	131,9	144,3	196,9	89,2
Indústrias diversas	152,4	190,9	157,7	132,9	110,6	156,1	135,6	155,8	193,7	120,7
Material elétrico	63,3	98,1	92,5	110,2	91,9	139,1	191,4	144,9	186,6	98,3
Têxtil	85,5	68,8	74,7	49,5	31,7	34	51	62,2	113,1	54,4
Petróleo e carvão	0	2,7	0	0,2	3,4	16,7	43,5	98,5	90,5	21,3
Máquinas e tratores	58,1	42,8	68,7	39	57,5	56,9	91,1	64,5	77,7	51,7
Peças e outros veículos	34,8	26	25,8	16,7	13,7	19,2	26,6	35,7	61,5	24,7
Farmacêutica e perfumaria	29,6	26	27,7	30,7	36,7	36,5	41,6	49,3	58,4	32
Calçados	89,3	87,3	85,7	66,9	34	36,6	38,7	51,6	58,3	49,1
Outr. Produtos metalúrgicos	30,9	35,1	42,2	34,3	22,9	33,6	36,9	33,5	40,7	27,2
Artigos de vestuário	81,9	91,5	104,2	62,5	30,9	30,6	49,6	37,2	40	45,8
Ref.de petróleo e petroquím.	22,9	13,5	8,9	17,1	9,2	16	17,3	43,7	37	16,2
Químicos diversos	14,6	14,1	16,5	16,7	19,5	24,2	25,2	22,9	31,3	16,7
Minerais não metálicos	10,3	10,5	10,5	10,8	7,4	16,4	13	14,2	21,9	10,1
Metalurgia não ferrosos	7,6	11,3	11,9	8,6	11,5	15,3	18,7	18,1	20,3	11,2
Agropecuária	27,6	34,8	28,9	16,2	19,4	10,3	10,1	19,6	12,9	18,2
Plástica	14,2	22,5	23	14,7	8,8	11,2	12,2	11,3	12,5	11,7
Borracha	17,8	11,1	9	6,9	4,9	8,2	7,5	5,3	9,5	7,1
Outros produtos alimentares	0,9	0,9	2,5	5,9	2,6	1,4	3,7	4,7	6,6	2,5
Extrativa mineral	3	4,5	3,2	2,6	1,5	6,3	5,3	3,7	5,8	3,4
Madeira e mobiliário	4,2	4,8	7,5	12,9	4,4	5,3	5,9	5,1	4,9	4,8
Benefic produtos vegetais	3	4	4,1	2,5	2,2	4,3	2,3	3,7	4,2	4,1
Celulose, papel e gráfica	3,1	4,2	3,4	4	2,6	2,7	4,8	2,3	3,8	2,7
Abate animais	6,5	5,9	8	7,5	8,7	4,4	2,6	1,1	1,7	4,4
Óleos vegetais	0	0	0	0	0	0	0	0	0,4	0,5
Veículos automotores	0,4	0	0	0	0	0	0	0	0,1	0
Café	0	0	1,9	0	0	0	0	0	0	0,2

Laticínios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Açúcar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não classificados	5,4	0	0	0	0,3	0	0	0,2	0,2	0,8
Total	1.041,70	1.132,90	1.166,60	1.033,70	865	1.221,70	1.328,10	1.554,10	2.147,60	1.031,40

Fonte: Funcex

A análise dos dados apresentados mostra um fato de certa forma preocupante: o Brasil exporta produtos com baixo valor agregado, enquanto importa produtos mais complexos, como equipamentos eletrônicos. Além disso, as importações brasileiras se alteraram de forma bastante intensa desde 1985, mostrando-se muito mais dinâmicas que nossas exportações. Assim, apenas três setores permaneceram entre os oito grandes nos três períodos em questão (1985 – 1993, 1993 – 1999 e 1999 – 2005): Equipamentos eletrônicos, Elementos químicos e Siderurgia.

Na última fase (1999 – 2005), observa-se um aumento da participação chinesa na nossa pauta de importações e também um crescimento nas compras em quase todos os principais setores da economia. Destaque para os produtos do setor siderúrgico, que aumentaram em mais de 30% sua participação e têxteis que ficaram nos 15%. Assim observou-se um grande aumento na penetração dos produtos chineses no Brasil, o que prova que as relações entre os dois países não são apenas unilaterais, mas que as reformas/crescimento chinês e a abertura brasileira realizada na última década contribuíram também para um incremento das nossas compras chinesas.

Um aspecto bastante importante do perfil comercial entre os dois países que se observa ao se realizar uma análise das exportações e importações é que o comércio entre as duas nações é mais concentrado nas relações inter-indústria. Tal tipo de comércio se explica pela teoria das vantagens comparativas, no qual as nações beneficiadas por diferenças no custo de oportunidade comercializam produtos bem diferentes.

De acordo com a definição de Paul Krugman:

O comércio interindústria (manufaturas por alimentos) reflete as vantagens comparativas. O padrão de comércio inter-indústria é que o país Local, abundante em capital, é um exportador

líquido de manufaturas intensivas em capital e um importador líquido de alimentos intensivos em trabalho. Assim, as vantagens comparativas continuam sendo a parte principal da história do comércio. (KRUGMAN; PAUL; 2004; p.143).

Como a China é um país que tem recursos abundantes de trabalho (mão de obra barata) e o Brasil tem vastos recursos naturais, podemos chegar à conclusão que o comércio entre esses dois países reflete bem esse cenário.

Apenas dois setores da economia se encontram entre os principais produtos nos fluxos exportadores e importadores, que são o de Siderurgia e Calçados. Porém, no interior destes dois setores, fica claro o caráter complementar entre as duas economias, uma vez que o Brasil exporta produtos necessários à confecção de mercadorias mais elaboradas, como é o caso das exportações de couros e peles depilados, matérias primas para calçados prontos.

Todos os setores que colaboram com mais intensidade para o aumento das vendas brasileiras para a China se apresentam com uma característica comum, que é a grande concentração em um ou dois produtos, o que não é um fenômeno recente, mas algo que persiste desde 1985.

Porém, no que se refere às importações, observa-se que desde 1999 a penetração destas no total da pauta brasileira vem crescendo não só em termos gerais, mas em todos os setores. Dentre os que mais contribuíram destacam-se Siderurgia (21,1 pontos percentuais), Têxteis (15,3 p.p) e Calçados (10,8 p.p).

Tabela 15

Fluxo Comercial Brasil – China de 1985 a 2005 (em US\$ FOB milhões)

Ano	Exportações		Importações		Corrente Comercial		Saldo Comercial	
	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação	Valor	Variação
1985	818		426		1243		392	
1986	517	-36,70%	303	-28,80%	820	-34,00%	214	-45,30%

1987	362	-30,10%	311	2,50%	672	-18,10%	51	-76,30%
1988	719	98,80%	96	-69,00%	815	21,20%	622	1125,00%
1989	628	-12,60%	128	33,10%	756	-7,20%	500	-19,60%
1990	382	-39,20%	169	31,90%	551	-27,20%	213	-57,40%
1991	228	-40,40%	129	-23,60%	357	-35,30%	99	-53,80%
1992	460	102,20%	117	-9,50%	577	61,80%	343	248,40%
1993	779	69,40%	305	161,00%	1.084	88,00%	475	38,30%
1994	822	5,50%	464	52,00%	1.286	18,60%	359	-24,40%
1995	1.204	46,40%	1.042	124,70%	2.246	74,60%	162	-54,80%
1996	1.114	-7,50%	1.133	8,80%	2.247	0,10%	-19	-111,80%
1997	1.088	-2,30%	1.167	3,00%	2.255	0,40%	-78	310,50%
1998	905	-16,80%	1.034	-11,40%	1.939	-14,00%	-129	64,30%
1999	676	-25,30%	865	-16,30%	1.541	-20,50%	-189	46,70%
2000	1.085	60,50%	1.222	41,20%	2.307	49,70%	-137	-27,70%
2001	1.902	75,30%	1.328	8,70%	3.230	40,00%	574	-520,50%
2002	2.521	32,50%	1.554	17,00%	4.075	26,10%	966	68,40%
2003	4.533	79,80%	2.148	38,20%	6.680	63,90%	2.385	146,80%
2004	5.440,0	20,00%	3.709,9	72,71%	9149,9	36,97%	1730.1	-27,46%
2005	6833,67	25,61%	5353,26	44,29	12186,93	33,19%	1480.41	-14,45%

Fonte: Funcex

O comércio entre os dois países é de produtos bastante diferentes, deixando claro uma dependência mútua na relação bilateral. No entanto, como vimos, existe um fato bastante preocupante no Brasil que é exportar principalmente produtos básicos, que servirão como matérias primas para produtos mais elaborados. Isto pode gerar, em um futuro próximo, um movimento de concorrência e deslocamento da indústria brasileira tanto no mercado nacional quanto no internacional. Um exemplo disso é já intensa penetração no mercado

interno de produtos como brinquedos e têxteis, levando a inúmeros pedidos de salvaguardas pela indústria nacional. Além disso, alguns produtos brasileiros já começam a ser deslocados dos mercados internacionais pela China, questões que fogem do escopo deste trabalho.

5 CONCLUSÕES

Percebe-se, de acordo com o que foi exposto neste trabalho, que o nosso intercâmbio comercial com a China conheceu uma elevação bastante acentuada a partir do ano de 1999. De alguma forma, esse resultado significativo dos últimos anos veio coroar uma tendência ao aumento dos fluxos entre os dois países, o que já vinha ocorrendo desde 1985. Com isso, entre os anos de 1999 – 2003, a participação da China nas nossas exportações cresceu de 2,0% para 6,2% em 2005. Como as importações conheceram uma elevação mais fraca, porém não desprezível, o Brasil obteve grandes superávits nas trocas com aquele país.

Independente de tais resultados favoráveis, há o fato preocupante de quase totalidade de nossas exportações para a China estarem concentradas em produtos com um nível muito baixo de tecnologia. Com isso, os produtos classificados como básicos corresponderam a mais da metade de nossas vendas. Em contraste, os produtos manufaturados corresponderam apenas a 24,1% do total, quando analisadas apenas as exportações para a China.

Uma segunda característica das vendas brasileiras para a China é a excessiva concentração da nossa pauta. Quase a metade das exportações brasileiras para aquele país estão concentradas em apenas dois setores econômicos e, dentro deles, apenas um produto responde por mais de 90%. Tais setores são o Agropecuário e Extrativo Mineral e os produtos são a soja e o minério de ferro. No ano de 2003, a China foi responsável pelo consumo de nada menos que 30% de nossa produção de soja e 22% do nosso minério de ferro.

Um último aspecto de nossas vendas para a China é que elas estão concentradas em setores considerados de crescimento dinâmicos. Em torno de 90% das vendas brasileiras para aquele país se localizam em setores que tiveram algum grau de crescimento nos últimos tempos, o que vai beneficiar de forma decisiva nossa situação.

As modificações estruturais que os dois países conheceram nas últimas duas décadas, obviamente tiveram um papel decisivo na constituição dos fluxos comerciais, principalmente nos últimos anos.

Do lado chinês, após a morte de Mao Zedong, houve um intenso processo de mudanças, com a realização de uma reforma econômica e abertura comercial. Cada vez mais o estado chinês foi transformando o comunismo da época anterior em uma espécie de capitalismo de estado, se inserindo cada vez mais na economia global e conhecendo um crescimento econômico significativo.

Já do lado brasileiro, houve um processo intenso de abertura comercial na década de 1990, com a estratégia de estabilização do Plano Real, que reduziu de forma bastante acentuada as tarifas alfandegárias da economia brasileira. Posteriormente, no ano de 1999, o Brasil foi obrigado a abandonar o câmbio fixo, o que deu um impulso extra para as exportações ao alterar os preços relativos. Aliada, a isso o Brasil modificou a sua cultura exportadora, o que contribuiu bastante para um verdadeiro surto exportador.

Portanto, pode-se concluir que o grande crescimento do comércio Brasil – China nos últimos anos deveu-se à abertura comercial dos dois países, aliada às reformas estruturais das duas últimas décadas, que proporcionaram um ambiente extremamente propício para um incremento do intercâmbio entre as duas nações. Ademais, as economias dos dois países têm uma grande complementariedade, pois a China, apesar da grande dimensão, é carente em certos recursos naturais, que passou a demandar de forma bastante acentuada, matérias-primas em que o Brasil tem grandes vantagens comparativas, como o minério de ferro e a soja. Donde o crescimento de nosso fluxo comercial com aquele país.

Por fim, observou-se a necessidade de uma maior diversificação da nossa pauta com a China, pois esta é extremamente concentrada em setores e produtos, sobretudo de baixo valor agregado. Isso nos deixa mais vulneráveis às mudanças no mercado internacional como o aparecimento de novos fornecedores, alterações por parte da demanda, etc. Como a China é um grande parceiro comercial, temos de certa forma alguma dependência de seu

mercado, o que torna urgente alguma mudança para desconcentrar de alguma forma a pauta de comércio e agregando-lhe valor.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Renato. Entrevista sobre perspectiva das relações bilaterais de comércio e investimentos. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. v. 18, n 80, jul a set/2004.

BARROS, Octavio de; BARBOSA, Fernando e GIAMBIAGI, Fabio. **O regime cambial e o ajuste externo**. Reformas no Brasil: Balanço e Agenda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

BAUMANN, R. CANUTO, O; GONÇALVES, R. **Economia Internacional, Teoria e Experiência Brasileira**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2004.

BIANCO, Lucien. **As Origens da Revolução na China**. Voltaire, 2005

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**. São Paulo: Unesp, 2002.

CABRAL, Severino. Brasil-China: Desafios e Oportunidades no século 21. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. v. 18, n 79, abril a junho de 2004.

FILGUEIRAS, Luiz. **A História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo, 2004

FLORES, Renato. O Milagre Chinês e o Brasil: Alguns pontos para reflexão. **Cadernos Adenauer**. v. 4, n 04. julho e agosto de 2003.

FUJITA, Edmundo. Desafios e oportunidades para o Brasil no quadro asiático. **Cadernos Adenauer**. v. 4, n 04. julho e agosto 2003.

FERRAZ, Galeno e RIBEIRO, Fernando. Desempenho exportador nos mercados da EU e dos EUA. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. v. 18, n 80, julho a setembro de 2004.

HE, Fan. A reforma econômica da China: Estratégia, sucessos e desafios. **Cadernos Adenauer**. v. 4, n 04. julho e agosto 2003.

HOBBSAWN, Eric. **A Era dos extremos: O breve século XX**. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

INFORME BB SOBRE COMÉRCIO EXTERIOR. **Estudo sobre a China**. n 38, 2004.

INFORME BB SOBRE COMÉRCIO EXTERIOR. **Mercado: China**. n 52, 2004.

IANCHOVICHINA, Elena e MARTIN, Will. Impacts of China's Accession to the World Trade Organization. **The World Bank Economic Review**. v 18, n 1. 2004.

GIAMBIAGI, Fábio e AVERBUG, André. A Crise Brasileira de 1998/1999 – Origens e Conseqüências. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

KRUGMAN, Paul e OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: Teoria e Política**. São Paulo: Addison Wesley 2006.

MADDISON, Angus. **Chinese Economic Performance in the Long Run**. Paris, OECD, 1999.

STORY, Jonathan. China, **A Corrida para o Mercado**. São Paulo: Futura, 2004.

POTTER, M. **As Vantagens Comparativas das Nações**. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, Fernando e POURCHET, Henry. O Perfil do comércio Brasil – China. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. v. 18, n 79, abril a junho 2004.

Ribeiro, Fernando e Markwald, Ricardo. O surto exportador brasileiro. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. v.14, n 65, abril a junho de 2000.

TANG, Charles; BULHÔES, Franando; DUZERT, Yann. Negociando com a China: Estratégia e Oportunidades – Uma perspectiva histórico – cultural. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**. v.1, n 2. janeiro de 2003.